

CRIANÇAS XACRIABÁ: DA ESCOLA À INFÂNCIA E DA INFÂNCIA À ESCOLA

Rogério Correia da Silva – FAE-UFMG

rogex.correia@yahoo.com.br

Verônica Mendes Pereira – FAE-UFMG

veronicamp@uol.com.br

Resumo: Neste trabalho, procura-se fazer uma análise que confronte o rápido processo de escolarização vivido pelos indígenas Xacriabá, e a implantação de políticas públicas que, em seus propósitos, declaram sempre a intenção de promover a melhoria das condições de vida desses sujeitos. Nosso foco se volta para a análise das situações de aprendizagem decorrentes da inserção e participação das crianças Xacriabá no contexto de vida familiar e comunitária, problematizando sua relação com o contexto escolar e com o próprio processo de expansão da escolarização. Investigamos, assim, o modo como as diferentes práticas culturais, específicas das crianças, contribui para a construção de uma escola diferenciada.

Introdução

A implantação e a expansão de escolas em áreas indígenas expressam uma clara mudança no sentido da garantia dos direitos desses povos. É esta, aliás, uma das explicações para o seu expressivo crescimento nos últimos anos.

Esse rápido processo de escolarização, impulsionado pelos próprios indígenas, traz significativas alterações para a vida das comunidades, entre elas as mudanças advindas das relações entre as famílias e as crianças. Assim, podemos constatar que a presença da escola muda materialmente o cotidiano da rotina familiar, uma vez que, durante o período escolar, as crianças, assim como os jovens, não estarão mais envolvidos nas atividades da família.

Em Minas Gerais, desde 1995, quando foi instituído o Programa de Implantação das Escolas Indígenas (PIEI-MG), verificamos um aumento significativo na escolarização da população Xacriabá. O número de matrículas nessas escolas indígenas aumentou muito rapidamente, desde a sua criação, em 1997, como escolas públicas estaduais, de maneira que, passou-se de 800 alunos atendidos em 1997 para 2.573, em 2008, com 200 professores indígenas atuando nas 34 escolas desse território, conforme dados da Secretaria de Estado da Educação de MG. Inicialmente a meta era implementar escolas de 1^a a 4^a séries, mas, a partir de 2000, a extensão das séries foi inevitável, de maneira que chegou-se em 2003 à 8^a série, em 2005 ao Ensino Médio e em 2006 à Educação Infantil.

Assim, nos últimos 13 anos o povo Xacriabá elevou os índices de acesso à escolarização, desde a educação infantil até o ensino médio, garantindo, assim, vagas na

educação básica para quase todas as suas crianças e seus jovens. De acordo com pesquisa realizada nesse território, a categoria “estudante” era a terceira principal ocupação declarada por esses indígenas.

Nesse trabalho, procura-se fazer uma análise, que confronte este rápido processo de escolarização, e a implantação de políticas públicas que, em seus propósitos, declaram sempre a intenção de promover a melhoria das condições de vida dos sujeitos. Nosso foco de pesquisa se volta para a análise do impacto da escola nos processos de socialização e aprendizagem das crianças Xacriabá no contexto de vida familiar e comunitária, problematizando sua relação com o contexto escolar e com o próprio processo de expansão da escolarização. Investigamos, assim, o modo como as diferentes práticas culturais, específicas das crianças, contribuem para a construção de uma política educacional voltada para a infância e para uma escola diferenciada.

Os indígenas e a educação escolar

Existem hoje mais de 300 milhões de indígenas no mundo, organizados aproximadamente em 5 mil diferentes etnias, distribuídas em mais de 70 países. Podemos demonstrar esta diversidade através línguas faladas. Na América Latina são mais de 500 línguas indígenas ou originárias. As línguas ameríndias (com exceção do quéchua) não se caracterizam por contar com uma extensa população de falantes (principalmente menores de 40, 50 anos) sendo que muitas delas em função disto, correm o risco de extinção. Na América do Sul, cerca de 33 línguas ameríndias correm o risco de extinção.

De acordo com o relatório da UNICEF¹, as minorias étnicas em todo o mundo sofrem com a discriminação e a exclusão do acesso aos serviços sociais importantes e necessários a sua sobrevivência. Tal documento intitulado “Excluídos e invisíveis”, afirma que tal cenário é consequência do pouco poder de reivindicação destes grupos frente as sociedades envolvidas, fruto de seu isolamento e das suas profundas desvantagens históricas. O documento ainda afirma que os povos indígenas embora tenham muitas características e experiências comuns com as demais minorias étnicas do mundo possuem como diferencial a reivindicação do direito a uma cultura separada vinculada a um território particular e à sua história. Segundo o documento, os indígenas

¹ Estado mundial de la infância 2006. UNICEF.

procuram manter, entre outras coisas, sua cultura e suas formas de organização social distantes das tendências dominantes da sociedade envolvente.

No que se refere às crianças indígenas o documento afirma que elas são as mais penalizadas (dentro de seu grupo social seriam aquelas que mais estariam vulneráveis aos problemas sociais) pela discriminação cultural e marginalização econômica e política. Entre os elementos que comprovariam esta discriminação e marginalização estão:

- a pouca probabilidade de registro de seu nascimento;
- são as crianças mais propensas de padecerem de enfermidades;
- sua baixa participação na escola;
- podem sofrer maus tratos, violência e exploração.
- a mortalidade infantil entre os povos indígenas é maior que a média nacional.

No Brasil são registrados 227 diferentes grupos indígenas distribuídos por quase todos os estados do Brasil (ISA,2008). Não existe um consenso entre os órgãos governamentais quanto ao tamanho dessa população, mas acredita-se que essa população esteja estimada entre 400 a 500 mil indivíduos (0,2% da população brasileira). Destes, cerca de 287 mil seriam crianças e adolescentes. Eles estão localizados em 628 territórios, ocupando 12,5% do território nacional (algo em torno de 90 milhões de hectares). Esta população vem crescendo nos últimos anos (taxa de crescimento anual acima da média nacional: 3,5% contra 1,6%) fruto de melhorias nas condições sanitárias, de assistência médica, de demarcação de seus territórios e reconhecimento de seus direitos².

A implantação e expansão de escolas nas áreas indígenas pode ser vista como a expressão de uma mudança no sentido da garantia dos direitos dos povos indígenas. Seria esta uma das explicações para o seu expressivo crescimento nos últimos anos.

Hoje a expansão das escolas dentro das áreas indígenas é um fato sem precedentes. No Brasil, com a nova LDB/1996, que garante aos povos indígenas uma educação diferenciada, intercultural, bilíngüe e comunitária, assistimos a um intenso e crescente aumento da criação de escolas indígenas nas aldeias, assim como um aumento

² No relatório voltado apenas para a realidade brasileira “A infância e adolescência no Brasil 2006” destaca que as crianças e adolescentes indígenas, juntamente com as negras correspondem a 87 milhões pessoas e, contudo, estão entre os grupos mais pobres dentre os pobres (indígena 62% e negras 63%). O dado que agrega negros e índios num único grupo, contudo, não deixa ver as especificidades das crianças e adolescentes indígenas.

expressivo da presença de estudantes indígenas em todos os níveis de ensino, do pré-escolar à pós-graduação.

Dados mais atuais do governo brasileiro podem melhor esclarecer a dimensão do crescimento da oferta de escolas nos territórios indígenas. O Censo Escolar realizado em 2002 indicou que freqüentavam as escolas indígenas cerca de 117 mil alunos. Comparados a um novo Censo realizado em 2006 podemos constatar um crescimento de 48,7 % desta oferta, atingindo o número de 174 mil alunos. Isto representa uma expansão anual de quase 10% ao ano, um crescimento considerado bastante expressivo já que nenhum outro segmento cresceu tanto durante o mesmo período.

Os motivos que possam explicar este crescimento são vários. Segundo Alvarez Leite (2008), uma característica marcante da experiência brasileira na construção da Educação Intercultural Bilíngüe é a parceria entre a Sociedade Civil (representada pelas organizações indígenas e indigenistas) e o Estado. Outro aspecto que explica esta expansão diz respeito à difusão cada vez maior entre os povos indígenas de uma percepção sobre as próprias escolas que vêm nelas, para além de um direito básico, uma estratégia na construção de seus projetos societários de futuro. Outro ponto importante foi o aumento no investimento e recursos por parte do governo federal e das secretarias estaduais de Educação destinados às escolas indígenas³. Este investimento foi diversificado em várias ações que envolviam a formação dos professores indígenas em nível médio e superior; a construção, reforma e ampliação de escolas; o aumento do valor per capita da merenda escolar bem superior as escolas não-indígenas; isto sem falar na taxa de crescimento da população indígena (4% contra 1,4% da média nacional) que por si só indica crescimento da demanda.

Existem hoje mais de 2400 escolas indígenas distribuídas em 24 estados brasileiros. De acordo com o **Censo Escolar 2005 (MEC)** os estudantes indígenas estavam assim distribuídos nos diversos níveis e modalidades de ensino.

Níveis / Modalidades	Total de alunos	Porcentagem sobre total
Educação Infantil	18.583	11,3 %
Ensino Fundamental -	104.573	63,8 %

³ Para se ter uma idéia, reunindo os recursos FUNDEF, as escolas indígenas receberam em 2006, algo em torno de R\$ 149 milhões de reais de um total de 35 bilhões (nacional) previstos para o mesmo ano (4,2%). Isto corresponderia a cerca de R\$ 855 reais por aluno. Todavia, este valor ainda é considerado pequeno se comparado ao gasto nacional previsto por aluno que foi de R\$ 1.205,65 neste mesmo ano.

1º segmento		
Ensino Fundamental - 2º segmento	24.251	14,9 %
Ensino Médio	4.749	2,9 %
Educação de Jovens e Adultos	11.862	7,2 %
Total	164.018	100 %

Os alunos estão concentrados em sua maior parte nos quatro primeiros anos do ensino fundamental e a oferta de matrículas para outros segmentos está longe de atingir a toda a população desta faixa etária.

Mesmo com os números otimistas o governo não esconde os problemas que vem enfrentando. Entre eles destacam-se a falta de infra estrutura de muitas das escolas, a falta de uma avaliação sobre a qualidade do ensino que acontece nas escolas e por último, a formação dos professores, que ainda é oferecida de forma intermitente e com qualidade questionável. Para além dos problemas operacionais de implantação das escolas em áreas indígenas constatamos posições dissonantes e conflitantes quanto ao debate sobre educação intercultural no Brasil.

A escola e os Xacriabá

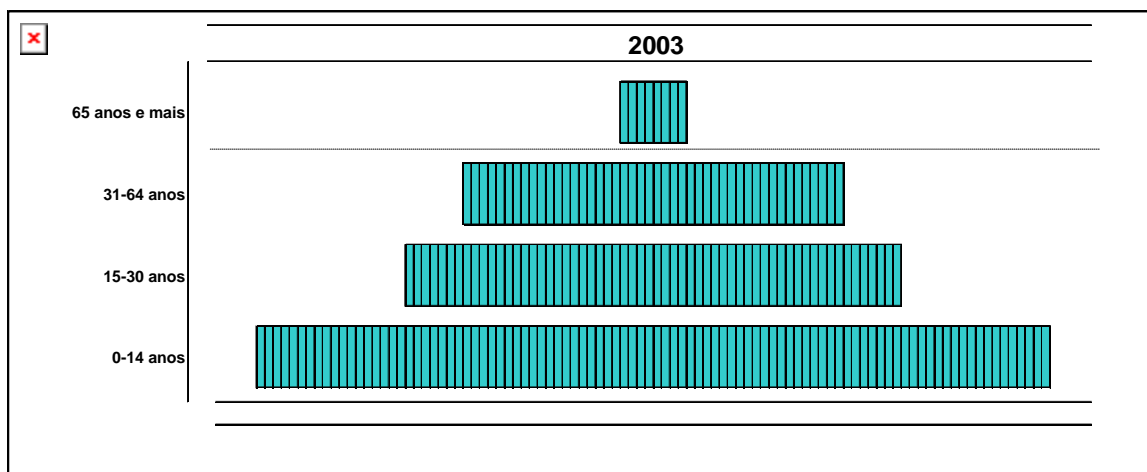
“O modelo de escola pública que até hoje prevalece é bastante homogenizador. Formar parte de uma rede pública significa uma uniformidade de práticas, de estruturas, de relações. Não há espaço para a diversidade, para a especificidade, para as particularidades presentes em uma sociedade cada vez mais heterogênea. Ao entrar na esfera pública, as escolas vinculadas aos Movimentos correm o risco de perder sua identidade, mantendo apenas no discurso a proposta de uma educação intercultural”.(ALVARES-LEITE, 2008)

Neste cenário de expansão das escolas nos territórios indígenas, gostaríamos de destacar a experiência do grupo indígena Xacriabá, etnia com quem desenvolvemos pesquisa.

Os Xacriabá habitam a região norte do Estado de Minas Gerais, próximo a cidade de Januária, no Vale do São Francisco. Em torno de seis mil pessoas, constitui a

maior população indígena do estado, ocupando uma região de um pouco mais de 53 mil hectares. É uma população predominantemente jovem, como nos mostra o gráfico abaixo:

Pirâmide etária da população Xacriabá



Fonte: (Pena, 2004: 104)

As crianças e jovens xacriabá constituem a maioria da população de seu grupo (51%). Todavia, apesar de jovem, os Xacriabá convivem com problemas crônicos ligados as suas condições de subsistência que atingem diretamente o grupo infantil. Mesmo com a redução da mortalidade infantil os dados levantados entre 2000 e 2003 apontam que seu índice na reserva indígena ainda é alto⁴.

Podemos afirmar que a escola trouxe grandes mudanças em pouco mais de 10 anos na vida das crianças Xacriabá, mas também muitas preocupações. Só para se ter uma idéia de sua extensão, podemos dizer que assistimos a transformação de uma situação de completa precariedade do funcionamento das escolas, para outra na qual a oferta escolar obrigatória foi universalizada para quase a totalidade das crianças da área indígena, permitindo e exigindo a presença cotidiana de professores e alunos. Nas comunidades Xacriabá, o processo de escolarização teve um crescimento exponencial após a instituição do Programa de Implantação das Escolas Indígenas (PIEI MG) em 1995. O número de matrículas nas escolas indígenas aumentou rapidamente, desde a

⁴ De 2000 a 2003 a taxa de mortalidade infantil foi de 54,7 mortes por grupo de mil nascidos vivos enquanto a média nacional era de 31,8 mortes por grupo de mil. (PENA, 2004)

sua criação como escolas públicas estaduais de 1^a a 4^a séries em 1997, inclusive em função da extensão das séries que se iniciou em 2000, chegando-se em 2003, até a 8^a série. De acordo com os dados do PIEI-MG, são hoje mais de 2500 alunos inscritos nas 34 escolas; 94 turmas, com 200 professores atuantes.

A escola, com sua cultura, sua rotina, seus tempos e conteúdos trouxe novos parâmetros de demarcação da infância Xacriabá. Mais do que isso, o fenômeno de expansão das escolas poderia ser se lido como fonte de preocupação uma vez que ele é parte de um contexto de profundas mudanças (televisão, urbanização, aumento do consumo produtos industrializados) que contribuem para a progressiva desagregação dos modos tradicionais de produção e transformação no estilo de vida da população xacriabá. Tais mudanças estariam reconfigurando as formas de sociabilidade, participação e aprendizado da criança na vida familiar e comunitária do seu grupo. Na medida em que a escola juntamente com outros processos de modernização chegam a área Xacriabá, o que muda na forma como as crianças Xacriabás participam das situações sociais e aprendem? Estas mudanças instituem uma nova ordem social de administração simbólica da infância? Qual? Trataremos deste assunto mais adiante.

Sabemos que o governo brasileiro em sua história com os povos indígenas através da escola, com toda sua lógica e seu caráter universalizador e uniformizador carregou os paradoxos de sua missão de integrar as populações indígenas a sociedade nacional envolvente. A lógica que imperou em períodos anteriores era um modelo de escola universal, aberta a todos os cidadãos, sem marcar suas diferenças. O indivíduo, para transformar-se em cidadão livre e igual, precisava se libertar de sua origem étnica.

Quando analisamos, por exemplo, a história da sua presença no cotidiano das aldeias Xacriabá, percebemos duas faces da mesma moeda que incluía ainda que excluindo. Os relatos que descrevem as escolas indígenas em Minas Gerais até 1980 mostram o retrato de uma escola precária, incipiente, sem estrutura e com funcionamento intermitente, onde ensinava-se os rudimentos das quatro operações matemáticas e a falar o português. O que assistíamos era o processo de exclusão que acontecia tanto pelo aspecto cultural quanto pela sua inoperância. Uma escola sim, mas de 2^a categoria, aquela que não garantia o direito das populações indígenas exercerem sua cidadania, de poder usufruir dos mesmos direitos como os demais grupos da população.

Mesmo com as recentes mudanças promovidas nas escolas indígenas agora sob a égide de uma educação diferenciada, intercultural e bilíngüe, ainda assim percebemos

alguns traços do modelo anterior. O primeiro traço é o de desconsiderar as especificidades da escola indígena ao introduzi-la na categoria de “escola pública”:

“O modelo de escola pública que até hoje prevalece é bastante homogenizador. Formar parte de uma rede pública significa uma uniformidade de práticas, de estruturas, de relações. Não há espaço para a diversidade, para a especificidade, para as particularidades presentes em uma sociedade cada vez mais heterogênea. Ao entrar na esfera pública, as escolas vinculadas aos Movimentos correm o risco de perder sua identidade, mantendo apenas no discurso a proposta de uma educação intercultural”.(ALVARES LEITE, 2008, p 14)

O segundo risco continua sendo o de transformar a escola indígena em uma escola de 2ª categoria, como um sistema paralelo de escolas, com piores condições de funcionamento e qualidade pedagógica, com desiguais possibilidades de acesso aos bens culturais da humanidade.

Da escola para a infância

Dizer que as crianças representam quase metade da população Xacriabá é vê-las em todos os lugares do território: nas casas, quintais, estradas, roças, armazens, nos olhos d'água e nas escolas. Não existe um lugar no território em que não percebamos a sua presença, mesmo que de forma silenciosa, mais observam, pouco conversam, uma timidez e uma vergonha que se associam a uma curiosidade e aos movimentos contidos, calmos, sem pressa. Crianças, das mais diferentes idades estão presentes em todas as cerimônias públicas realizadas no território: de rezas, enterros, casamentos e festas a audiências públicas realizadas pela promotoria. Lá estão elas, não importa se a cerimônia aconteça de dia ou dure toda a noite. Estão no colo dos adultos, deitadas em esteiras, sentadas, em vigília ou dormindo, não importa, os adultos sempre as levam. Elas circulam pelo espaço em pequenos grupos como se estivessem indiferentes aos acontecimentos ou mesmo porque elegessem outros focos de interesse. Em outros momentos, permanecem paradas, em silêncio, ao lado dos pais ou outros adultos, participam atentamente em total concentração observando o desenrolar e as ações dos demais atores durante a cerimônia. Esta presença e participação das crianças em todas

as atividades do grupo traduzem uma das especificidades no tratamento dado às crianças pelos grupos indígenas.

“Na casa de Dona Domingas e Seu João Caetano, já é noite e as crianças (Tauani, 4 e Manrique, 2) são banhadas no tanque fora da casa. A água está gelada e elas choram bastante. Depois do banho gelado, a moça que lhes deu banho veste as crianças e elas já estão correndo pela casa. Brincam um pouco de correr, mamam e dormem. As outras pessoas da casa se arrumam para ir à festa de casamento que acontece em uma aldeia vizinha- Poções. Todos prontos, as crianças dormindo e mesmo dormindo são levadas no colo para a festa. Chegando na festa, as crianças (T e M) são levadas no colo para dentro da casa e colocadas nas camas que já estão cheias de outras crianças dormindo. As crianças que não estão dormindo participam da festa e transitam livremente entre os jovens, adultos e velhos presentes na festa. Na pista de dança- puxado de palha armado de frente a casa- estão os jovens, adultos, velhos dançando alegremente. Entre eles, as crianças também dançam (Diário de campo, TIX- Aldeia Forges e Poções. Evangelista 2006 p. 23)

Num território indígena com diferentes realidades, podemos recuperar o cotidiano de vida das crianças a partir de diferentes episódios ocorridos em diferentes momentos e aldeias. Começamos pela Aldeia de Caatinginha. Ela é formada por cerca de 60 domicílios, que compõem uma extensa rede familiar, com grande dispersão no espaço e precárias condições para a produção agropecuária em função da escassez de água. Atividade recorrente, inclusive para as crianças, é buscar água para uso das famílias, em locais por vezes distantes. As observações conduzidas junto às famílias revelaram formas de transmissão de tradições locais – como a construção de casas de barro e pintura com toá – que informam sobre os processos de aprendizagem extra-escolares, caracterizados pela interação entre adultos e crianças e entre as crianças de diferentes idades, quase sempre envolvidos em uma mesma atividade, porém com diferentes formas de participação.

As crianças até por volta dos oito meses estão sempre no colo de alguém e seus cuidados parecem ser uma tarefa exclusivamente feminina se levarmos em conta o hábito de carregar a criança. É raro ver homem carregando criança no colo. É muito comum nos depararmos nas estradas da reserva com a seguinte cena: uma família que caminha no canto da estrada em “fila indiana”, um homem na frente acompanhado das crianças e, ao final da fila, a mãe com um bebê no colo.

Na Caatinginha as atividades diárias do grupo acontecem do lado de fora das casas. A vida passa em sua maior parte no terreiro próximo as moradias. É pra lá que as

crianças vão logo que acordam pela manhã, é onde tomam café, se arrumam, brincam e participam de outras atividades junto com as mulheres, como preparar os alimentos.

Neste espaço próximo a casa, as crianças participam das tarefas cotidianas de seu grupo. Podemos ver crianças acima dos quatro anos realizando pequenos serviços como reunir pequenos feixes de gravetos para o fogão, juntando porcos, descascando milho ou feijão. Nessas ocasiões, estão sempre acompanhadas de outra criança mais velha ou de um adulto. Costumam ainda acompanhar os pais em algum serviço de roça. Já as crianças maiores, além de realizar as tarefas da casa cuidam das crianças menores.

As crianças menores estão sempre por perto de casa, não saem para grandes caminhadas ou eventos distantes, mesmo dentro da aldeia. Quando maiores podemos identificar mais claramente um recorte de gênero que demarca a diferença da educação entre meninos e meninas na aldeia. Os meninos desfrutam de uma maior autonomia e circulam mais a vontade dentro do território. A eles são dadas tarefas que envolvem maior deslocamento fora do ambiente doméstico. É comum em todo território Xacriabá, vermos meninos tocando gados pelas estradas. Eles passam o tempo livre caçando passarinho no mato, brincam de cavalinho, aviãozinho e moto imaginária. Chegam muitas vezes a visitarem amigos ou amigas de aldeias dentro da reserva. A habilidade de andar a cavalo aprendida desde muito cedo por eles facilita e potencializa as possibilidades de deslocamento pelo território. Já as meninas, muitas vezes, mantêm-se mais envolvidas no espaço doméstico. As brincadeiras do “cozinhado” (fazer comida), de casinha e escola estão entre as mais citadas entre as meninas. Diferente dos meninos as meninas mais velhas sofrem mais restrições para deslocarem-se pelo território, quase sempre realizado em grupo.

Caminhar constitui uma atividade muito intensa no grupo. As crianças e adultos realizam longas caminhadas para diversos fins: para pegar lenha, buscar água, para comprar alguma coisa, fazer visitas ou participar de festas em outras aldeias.

Quando as mães vão para as roças, de manhã, levam na maioria das vezes somente as crianças que já caminham. As menores ficam normalmente com uma filha mais velha em casa. Em períodos de preparo da terra para o plantio, toda a família participa.

As crianças da Caatinginha e, neste caso, boa parte da reserva, vestem-se de maneira muito parecida com a dos adultos. As meninas, até por volta dos oito anos, usam o mesmo estilo de vestido das mães. Depois dessa idade, há uma mudança radical no vestuário. As meninas passam a usar minissaias e blusas que deixam a barriga a

mostra, estilo que não encontramos nas mulheres adultas da aldeia. Estas se vestem, sempre de vestidos e saias até os joelhos e é muito raro mulheres adultas usarem calças compridas.

Já os meninos, por sua vez, vestem-se de maneira muito próxima à dos homens adultos: para festas adotam a calça comprida, camisa de botões, chinelos de tiras ou botinas. Em dias normais calção e camisas.

Entre os brinquedos observamos poucos produtos industrializados. Na sua maioria constroem os brinquedos a partir de elementos da natureza. Os temas das brincadeiras são também ligados ao universo do campo: os maxixes são transformados em bois, pequenos gravetos formam o curral, estilingues, piões feitos de galhos de goiabeira, bolas feitas de um emaranhado de folhas de árvores, bonecos feitos de barro.

As crianças da Caatinguinha se apresentam de modo muito tímido quando estão diante dos adultos e, principalmente, se se trata de desconhecidos. Nessas ocasiões ficam sempre de cabeça baixa e enroscam-se nas pernas das mães. E não são só as crianças, as pessoas, de maneira geral, falam pouquíssimo e costumam ficar muito tempo observando a paisagem sem dizer uma só palavra.

Ajudar, participar, são ações comuns na aldeia. É muito relevante o movimento de troca e a participação dos sujeitos na vida uns dos outros. Todos ajudam todos e emprestam para os vizinhos, da brasa do fogão ao fumo para o cachimbo, passando por sementes para o plantio, um pouco de feijão, dois limões... As crianças estão sempre fazendo este serviço de entregar e buscar objetos, de trazer e levar recados. Por várias vezes as vimos nas casas dos vizinhos pedindo alguma coisa que a mãe tinha mandado. Elas estabelecem o elo de ligação entre os grupos familiares nas redes de sociabilidade construídas pelo grupo.

A participação difusa das crianças em todos os ambientes, a liberdade de circulação e a possibilidade de fazer e não fazer as coisas representa o contexto de aprendizagem neste caso. Esses aspectos permitem às crianças estarem presentes, observar os adultos e, por estarem completamente imersas no cotidiano da vida do grupo, elas aprendem. Aprendem “vadiando”, assim resumem os índios adultos desta aldeia, em outras palavras, brincando, olhando, fazendo igual.

A participação das crianças na vida da aldeia é periférica e necessária, uma condição do seu processo de tornar-se um Xacriabá. Ela é periférica no sentido de suas tarefas estarem relacionadas à sua condição de criança ou de sua situação de aprendiz. Esta situação não está necessariamente relacionada a idade mas sim à competência que

possui para realização da tarefa, como é caso da menina (foto) que registra os pontos importantes da reunião para seu pai analfabeto. É sobre esta foto que podemos analisar um movimento de mudança que vem acontecendo no território em função do processo de escolarização.



Foto : menina participa de reunião sobre Economia Xacriabá

Uma delas interfere diretamente sobre as relações entre adultos e crianças e jovens, em um contexto no qual a maioria dos adultos não domina a escrita. E não para por aí. A escolarização interfere também na expectativa desta nova geração em relação a sua inserção nas atividades produtivas do território uma vez que estão optando por não aceitarem mais o trabalho agrícola como uma consequência natural de seu processo de tornarem-se adultos, como meio de sustento da família e fonte de renda e por colocarem na ordem do dia uma discussão quanto ao futuro que lhes abre em função de sua nova condição de escolarizados.

Da infância para a escola

Os reflexos da intensificação da escolarização sobre o contexto de vida das crianças Xacriabá já foi alvo de alguns estudos: PEREIRA (2003); GOMES (2003, 2006); PEREIRA (2007); EVANGELISTA (2006); MACHADO (2007). Diante da presença cada vez mais intensa da escola na vida das crianças indígenas, surgiu o interesse de se investigar as relações sociais das quais elas participavam. Esta investigação, longe de nos parecer simples, implicou na busca de conhecimentos aprofundados sobre as práticas culturais das crianças, assim como as formas de sociabilidade nas quais elas se encontravam envolvidas direta ou indiretamente. Nesse

sentido, buscou-se constituir uma análise mais atenta, capaz de se confrontar com o rápido processo de escolarização e implantação de políticas públicas e projetos que, em seus propósitos, declaravam sempre a intenção de promover a melhoria das condições de vida das crianças. Tais estudos voltaram-se para a análise das situações de aprendizagem decorrentes da inserção e participação das crianças no contexto de vida familiar e comunitária, problematizando sua relação com o contexto escolar e com o próprio processo de expansão da escolarização. Investigava-se assim o modo como as diferentes práticas culturais específicas do próprio grupo indígena contribuíam para a construção de uma escola diferenciada. Ela promoveu mais do que em outros lugares um diálogo com a infância deste lugar. Constatamos que, bem diferente da imposição de um modelo de escola cuja lógica segrega as crianças tanto do mundo dos adultos quanto dos próprios grupos de pares e/ou familiares, a escola indígena acaba por tornar-se um local de intersecção entre diversas redes de sociabilidade. Podemos destacar aqui rapidamente alguns dos resultados a que chegaram tais estudos:

- ⇒ a escola como em qualquer outro lugar estabelece um novo ofício para a criança: o de frequentá-la diariamente, aprender a ler e escrever, fazer contas e também de realizar suas tarefas no horário extra-turno. No caso dos Xacriabá a presença da escola muda materialmente o cotidiano dos adultos e da rotina familiar, uma vez que durante o período escolar, crianças e jovens não estarão mais envolvidos nas atividades da família;
- ⇒ Nas escolas, crianças e jovens passam a ter uma convivência específica com um grupo mais amplo de coetâneos com as quais não mantinham relações;
- ⇒ Na tentativa de crianças e famílias se apropriarem deste novo ofício sem com isso abrir mão dos demais, podemos ver algumas negociações presentes no espaço. Por exemplo, as crianças maiores ao terem a tarefa de cuidarem das menores as levam consigo pra escola;
- ⇒ a presença das crianças menores nas escolas talvez tenha outra explicação. Também seja porque a escola constitua um local de novidades, de acontecimentos. Da mesma forma como ocorre na aldeia as crianças tem livre transito também na escola. Encontramos crianças pequenas acompanhadas pelas crianças maiores em situações escolares

ou não. Elas tanto podem estar estudando quanto visitando a escola na companhia de seus pares.

⇒ a escola traz consigo uma lógica bem própria de estruturar suas aprendizagens e valorizar determinadas formas de interação entre professor e sujeitos aprendizes (PHILIPS, 1990). Todavia, nas escolas Xacriabá crianças, jovens e professores, por compartilharem um código cultural comum, contribuem para a construção das práticas escolares específicas, orientadas a partir de modos de interação característicos da cultura local. Por exemplo, crianças de um mesmo núcleo familiar assentam-se próximas umas das outras, de modo que o parente mais velho possa orientar seu familiar mais novo em suas atividades escolares e supervisionar seu comportamento.

Embora não tenhamos estudos que avaliem a qualidade da educação oferecida nas escolas indígenas em Minas Gerais a partir de 1995, LOPES E KUPER nos dão uma idéia do que esta proposta tem gerado a nível continental desde a década de 50. Em documento escrito em 1999 ao avaliarem os encaminhamentos pós Conferencia Mundial de Educacion para todos, chegam às mesmas e novas conclusões em relação aos estudos acima, ao avaliarem os resultados dos projetos de educação intercultural ocorridos na America Latina, projetos que datam desde a década de 50. Dentre os resultados podemos destacar:

- estudos comparativos comprovaram que o desempenho das crianças indígenas que receberam a educação intercultural bilíngüe e aquelas que somente receberam a educação em castelhano, as primeiras possuem melhor rendimento escolar num geral, desenvolvem maior capacidade para resolver problemas matemáticos, possuem melhores níveis de compreensão de leitura da língua não-indígena, desenvolvem nas crianças maior espontaneidade e facilidade para falar na língua não indígena;

- As avaliações das escolas indígenas reconhecem a mudança que tal proposta têm sobre a dinâmica das relações comunicativas na sala de aula, o que num primeiro momento poderia ser lido como uma maior participação das crianças no processo de ensino e aprendizagem. Nossas análises também reconhecem a mudança nas dinâmicas de interação e nas estruturas de participação das crianças e adultos na sala de aula das

escolas indígenas. Acreditamos que cada vez mais as escolas têm assumido os processos educativos próprios de suas respectivas comunidades.

- por fim destacam a o aumento da auto-estima dos alunos, fator fundamental de seu crescimento e aprendizagem.

Por fim, as preocupações decorrentes do rápido e intenso processo de implantação de escolas em áreas indígenas dizem respeito a um fenômeno que podemos chamar de escolarização do social, uma propagação deste modo escolar de socialização. Em outras palavras, nos preocupa a disseminação e propagação de modelos provenientes da escola a outros espaços, instituições da sociedade. Entre as preocupações desta escolarização do social podemos destacar: a constituição de um universo separado para a infância; a importância das regras na aprendizagem; a organização racional do tempo; a multiplicação e a repetição dos exercícios, cuja única função consiste em aprender e aprender conforme as regras ou, dito de outro modo, tendo por fim seu próprio fim.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ LEITE, Lucia Helena. **La educación intercultural bilingüe: el caso brasileño** 1a ed. - Buenos Aires: Fund. Laboratorio de Políticas Públicas, 2008.

EVANGELISTA, Luciana Mendes. **As práticas culturais cotidianas da criança indígena Xacriabá e o início da frequência escolar**. Belo Horizonte, Faculdade de Educação UFMG. Monografia, julho 2006.

GOMES, Ana Maria R. (2003), **A configuração das classes nas escolas indígenas Xakriabá: uma análise preliminar da experiência dos professores**. Comunicação apresentada no II Encontro Internacional Linguagem, Cultura e Cognição. Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, 16-18 julho, 2003.

_____ (2006), O processo de escolarização entre os Xacriabá: explorando alternativas de análise na Antropologia da Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, pp.316-27.

GOMES, Ana Maria R., CASTRO, Silvia A. G., EVANGELISTA, Luciana Mendes (2006), **Práticas culturais do cotidiano das crianças Xakriabá**, 25ª RBA, GT Por uma Antropologia da Infância, Goiânia.

GOMES, Ana Maria Rabelo ; SILVA, Rogério Correia da ; Mendes, Verônica . **INFÂNCIA INDÍGENA XACRIABÁ: ESCOLARIZAÇÃO E ALTERNATIVAS PARA UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DIFERENCIADA.** In: **I GRUPECI** - Seminário de grupos de pesquisa sobre crianças, 2008, Juiz de Fora. Seminário de grupos de pesquisa sobre crianças, 2008.

GOMES, Ana Maria Rabelo ; SILVA, Rogério Correia da ; SANTOS, Rafael Barbi C. . Organização da aprendizagem e participação das crianças Xacriabá no contexto familiar e comunitário. In: **32o Encontro Anual da ANPOCS**, 2008, Caxambu. **32o Encontro Anual da ANPOCS**, 2008.

LOPES , Luiz henrique ; KUPER, wofgang. **La educacion intercultural bilíngüe na américa latina: balanço e perspectivas.**

MACHADO, Ana Maria Antunes. **Captando a Cultura Invisível: entre práticas escolares e o cotidiano dos índios Xacriabá.** Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2007. monografia de graduação. 46 p.

PENA, João Luiz. **Perfil sanitário, indicadores demográficos e saúde ambiental após a implantação do distrito sanitário especial indígena: o caso dos xacriabá em Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PEREIRA, Carlos Eduardo (2007), **Ações e significados na educação das crianças nas comunidades indígenas Xakriabá: a emergência da educação infantil.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

PEREIRA, Verônica M. **Cultura escolar ou escolarização da cultura?** Um olhar sobre as práticas culturais dos índios Xacriabá. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UFMG, 2003.

PEREIRA, Verônica M. et al. **Infância Xacriabá e alternativas para uma proposta de educação diferenciada.** Reunião Anual ANPOCS. 2007.

SILVA, Rogério Correia da . As crianças Xacriabá, suas formas de sociabilidade e o aprendizado nas comunidades de prática. In: **31a Reunião Anual da ANPED**, 2008. 31a Reunião Anual da ANPED.

UNICEF. Estado Mundial de la infância. Disponível em www.Unicef.org/spanish/sowc/arquive/spanish/